

SOCIEDADE DISCIPLINADORA BRASILEIRA EM MEMORIAL DE AIRES

Sérgio Afonso Gonçalves Alves (UFPA)

RESUMO

Este trabalho desenvolverá questões de estudos da literatura na esfera do biopolítico, biopoder e governamentalidade, termos apresentados por Michel Foucault, e seus desdobramentos, tomados como base de abordagens das relações entre literatura e política da vida.

Partindo dos conceitos de biopolítica, entendida como uma política em nome da vida e de biopoder, uma vida submetida ao mando da política, tratar-se-à de compreender o *Memorial de Aires*, de Machado de Assis, como sintoma de arranjos político e cultural, assim como de uma proposta estética de fazer literário. A preocupação incidirá sobre as discussões da categoria do biopolítico, biopoder, governamentalidade, sociedade disciplinadora, sociedade de controle e literatura, problematizando questões envolvendo a relação entre literatura e vida moderna brasileira.

Palavras-chave: Biopolítica. Sociedade de controle. Memorial de Aires.

Ao pegarmos o jornal de um dia qualquer, leremos notícias tais como luta pelo controle do vírus ebola, pedido de asilo ou extradição política, refugiados em busca de um lugar para ficar, bombardeios contra este ou aquele povo desta ou daquela etnia, religião ou cultura, estabelecimento de medidas de proteção econômica, concessão de benefícios sociais, manifestações de intolerância racial. São acontecimentos em escala mundial que mostram conflitos gerados em função da busca de espaço e afirmação política, protagonizados por grupos oriundos dos mais diversos credos e culturas, na

luta pela defesa de seus interesses particulares. Mas todos tem um elemento comum: expulsar o intruso e proteger a vida contra um perigo eminente.

No Brasil, especialmente, as manifestações populares de rua, acontecidas em 2013, refletem os sentimentos contrários à perniciosa política de distribuição de rendas que não atende às reais necessidades de parcelas consideráveis da população. São as vozes daqueles que, alijados dos programas de governo, se rebelam nas ruas a fim de manifestar suas aspirações e reivindicar melhores serviços relacionados a emprego, saúde, educação, transporte, ou seja, melhores cuidados com a saúde física, mental, educacional, melhores condições de moradia e saneamento e tranquilidade profissional. Na prática significa mais cuidados com o corpo, uma vez que este é que sofre na ausência de um desses fatores. Embora não represente uma ruptura capaz de produzir um corte no presente e estabelecer o novo, tais manifestações são vistas como questionamento e enfrentamento do poder estabelecido.

Neste momento, o Estado realiza ações de repressão no intuito de restabelecer a harmonia social, respaldado pelo sistema jurídico que lhe ampara poderes e legitima o uso da força através da mobilização de seu aparato repressivo: a ordem é reprimir a manifestação de insatisfação pela política praticada pelo governo. Entra aí em jogo um complexo quadro político, cultural e social, que envolve conceitos como poder, saber, sociedade disciplinadora, sociedade de controle, sociedade vigilante. Michel Foucault nos mostra que, ao longo da história da sociedade, o soberano tinha o direito de decidir sobre a vida e a morte de seus súditos – os quais, em caso de ameaça ao soberano, podiam ser convocados para defendê-lo. No caso de críticas ou questionamentos sobre os atos do soberano, este tinha o poder de mandá-los para a prisão ou de enforcá-los em praça pública.

Traçando um paralelo entre a sociedade moderna e sociedade contemporânea percebe-se que esta mantém, na essência, o mesmo princípio de controle e ação sobre os indivíduos quando sob ameaça, mas agora o controle e o direito sobre a vida – o corpo – atuam de forma bem mais sofisticada, sustentados por leis, ações e programas políticos. Houve mudança e talvez uma evolução na lida com a vida: não mais o enforcamento e a disciplina, mas a família, a escola, o hospital, quiçá a prisão, que atuam juntos no

controle do homem em liberdade. Existe todo um aparato estatal de propaganda que, respaldado por valores partilhados entre todos, confere um caráter de naturalidade à autoridade do governo que age contra aqueles que manifestam insatisfação exacerbada contra sua política.

Através dos termos biopolítica, biopoder e governamentalidade, Foucault analisa a sociedade disciplinadora e lança a hipótese de um governo da vida, que seria derivado de uma estatização do biológico e cujos resultados agem no sentido de controlar o corpo e determinar as atitudes a serem tomadas diante de situações específicas vividas pelo indivíduo. A biopolítica consiste em um conjunto de procedimentos referentes à população, a “seus problemas específicos e a suas variáveis próprias: a natalidade, morbidade, expectativa de vida, fecundidade, estado de saúde, frequência de doenças” (FOUCAULT, 2010, p. 36-37). Em *A vontade de saber*, o autor aponta o direito que o soberano tinha de decidir sobre a vida e a morte de seus súditos, seja convocando-os para a guerra para defendê-lo, seja castigando-os por terem desafiado ou questionado seu poder – situação em que o soberano igualmente se via ameaçado em seu poder, pois um dos seus se levantou contra ele e infringiu suas leis. O mesmo se dá em outros períodos históricos, com uma nova roupagem, porém com a manutenção do pensamento fundamental de direito sobre a vida e a morte do indivíduo.

Essa forma de poder intervém diretamente sobre os elementos aleatórios que atravessam uma população mediante medidas incitativas, preventivas e corretivas. A velha potência da morte, materializada pelo poder soberano, é agora recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida. O que motiva a administração de corpos não é mais apenas disciplinar o indivíduo, mas garantir que ele seja regulado, desenvolvendo nele comportamentos disciplinares dos mais diversos, o que caracteriza a sociedade moderna como *sociedade disciplinadora*. Com efeito, a sociedade disciplinadora é aquela sociedade, nas palavras de Antonio Negri e Michael Hardt

en la cual el comando social se construye a traves de una difusa red de dispositifs o aparatos que producen y regulan costumbres, hábitos y prácticas productivas, (...) asegurando la obediencia a reglas y a mecanismos de inclusión y / o exclusión social, (...) por medio de

instituciones disciplinarias (la prisión, la fábrica, el asilo, el hospital, la universidad, la escuela, etc.¹

Com a biopolítica, não existe desaparecimento do poder disciplinar, mas especialmente um ajuste das microtécnicas disciplinares, fazendo surgir também, no terreno das práticas políticas, questões de natalidade, longevidade, saúde pública, habitação e migração. Ou seja, surgem técnicas diversas e numerosas cuja finalidade é sujeitar os corpos e controlar a população (FOUCAULT, 2001b, p. 31). Diante de uma nova preocupação, a de velar pelo conjunto dos fenômenos vitais de uma população, surge o *biopoder*. Para Foucault, no século XVIII, o biopoder “foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pode ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos”². Para Jean-François Bert, a “disciplina consolida a biopolítica que, em troca, embasa o eixo das técnicas disciplinares e suas tentativas de majoração coextensiva das forças e da obediência de um indivíduo”³.

A tese biopolítica de Foucault foi apresentada em um dos cursos do filósofo no Collège de France. Ela foi desenvolvida sob a noção de governamentabilidade, isto é, sobre uma combinação de métodos e práticas de governar elaborados e aperfeiçoados pela política moderna com o intuito de dominar e manipular os indivíduos a fim de favorecer os interesses do Estado. Seguindo uma linha um pouco diferente, Roberto Esposito irá caracterizar o biopolítico dentro do que chamou de *paradigma imunitário*.⁴ Para o filósofo italiano, a política na forma do direito tem se utilizado da técnica da imunização para salvaguardar a sociedade, ou seja, o poder moderno tem por base uma espécie de relação contratual realizado entre o indivíduo e o soberano moderno, a partir da qual cada um aceita a sua liberdade individual originária em função da segurança ou, o que é o mesmo, da imunização da sua pessoa e da sua propriedade.

¹ NEGRI, HARDT, 2002, p. 25

² FOUCAULT, 2002 b, p. 132.

³ BERT, 2013, p. 128.

⁴ ESPOSITO, 2009, p. 35 e s.

Diante de um intrincado quadro cultural do contemporâneo, a literatura não deixa de mensurar questões de dominação, disciplina e administração de corpos, especialmente quando aponta o conflito interno e externo do homem, a angústia e a luta do corpo inserido em um contexto controlado por forças externas constituídas pela sociedade disciplinadora e pela sociedade de controle, ambas pautadas em um conjunto de técnicas de disciplinar o corpo – como estudado por Michel Foucault sob a categoria do *biopolítico e governamentalidade*.

Sublinhando a necessidade de interpretar o contexto sócio-político-cultural do qual emana, a literatura sempre traz à lume questões e valores, os quais são problematizados e representados nos textos ficcionais de forma tão incisiva que os posicionam paralelamente a outros gêneros discursivos não literários. Neste sentido, a literatura, situada historicamente enquanto crítica do seu tempo, realiza de modo polêmico e original um verdadeiro debate sobre os valores do tempo-espaço, questionando o poder, sua origem e seus discursos sustentadores, mas também as consequências e a forma discursiva de manutenção do poder, através da análise do processo de relação entre as formas discursivas provenientes dos mais diversos meios e da implantação de hábitos, costumes e valores sociais, naturalizados através da prática do dia a dia. Por sua natural liberdade expressiva, a literatura constitui um meio privilegiado de levantar tais questões.

Da sociedade disciplinar do mundo moderno, caracterizada pela marca do enclausuramento, estudado por Foucault e metaforizada na estrutura do Panóptico de Bentham, para a sociedade do controle, categoria desenvolvida por Gilles Deleuze, na sociedade contemporânea há uma distancia de mais ou menos um século e meio, tempo marcado por transformações do programa de disciplina: no entanto, sua essência é preservada: tornar-se presente em toda parte, sempre visível. Para Deleuze a sociedade contemporânea é marcada pelo controle contínuo exercido sobre os indivíduos e pela comunicação instantânea. As máquinas cibernéticas substituem as máquinas energéticas da sociedade disciplinar, e as duras formas de confinamento na sociedade disciplinar deixarão saudades face ao controle exercido na sociedade contemporânea, pois esta cria mecanismos de controle que dão a situação exata de um corpo no espaço-tempo. (DELEUZE, 2013, p. 116).

O historiador Erich Hobsbawn, em sua análise sobre o final do século XX e início do XXI, corrobora com a posição de Deleuze a respeito da capacidade infinita de controle por parte do governo sobre os indivíduos. Situando o início do novo ciclo de vigilância desenfreada na década de 60 do século XX, Hobsbawn afirma que

Na realidade a sua capacidade (do poder estatal) de acompanhar o que acontece no seu território e de mantê-lo sob controle tornou-se maior do que nunca. Hoje o Estado é capaz de escutar praticamente qualquer conversa, mesmo que ela ocorra no topo de uma montanha. Estamos testemunhando um enorme aumento no uso de videocâmeras ligadas dia e noite, mantendo sob vigilância todos os espaços públicos. O grau de vigilância hoje possível é o maior e mais agressivo de toda a história. (2009, p. 37).

Hobsbawn não considera, por esse e por outros motivos, que houve um enfraquecimento do Estado, mas sim que este perdeu seu monopólio sobre os meios de coerção – sem deixar, no entanto, de exercer o poder sobre os indivíduos. Ao contrário do que se pode pensar, os novos meios de controle viabilizados pelos avanços tecnológicos nas últimas décadas tornaram “o Estado capaz de definir cada vez mais a área e a população sob seu controle” (HOBSBAWN, 2009, p. 34), exatamente porque o Estado passou a contar com um número cada vez maior de informações sobre os indivíduos sob sua soberania: sua administração, assim, pode ser mais eficaz. Dito com outras palavras, as conquistas advindas do avanço tecnológico possibilitaram o acúmulo de conhecimento, consolidando cada vez mais o poder estatal e alargando suas ambições e intervenções. Ou seja, o poder do Estado se multiplicou, adquirindo um caráter onipresente, o que lhe permite aperfeiçoar-se de modo tão eficiente que muito pouco permanece fora de seu controle.

Na sociedade disciplinar brasileira, representada no *Memorial de Aires*, o tempo da narrativa se reporta aos anos de 1888 e 1889, enquanto o tempo da escrita ocorre nos últimos meses de vida de Machado de Assis – falecido em agosto de 1908. A julgar pelas cartas do escritor a Joaquim Nabuco, o *Memorial de Aires* começou a ser escrito em janeiro ou fevereiro de 1907, conforme sugere a carta de 7 de fevereiro (ASSIS, 1992, v. 3 p. 1078,). Entre um e outro momento, ocorre no campo político brasileiro a promulgação da lei antiescravidão e a consequente abolição; é também o início da

Primeira República. Este é um complexo quadro político cuja essência não deixará de ser pintada por Machado de Assis, mas essa complexidade aparecerá na representação da vida comezinha – como vida em família, saraus, visitas, discretas discussões de problemas sociais, bilhetes, chás, passeios e pequenas atividades domésticas femininas – que permeia as questões políticas do tempo.

Memorial de Aires tem várias peculiaridades que elencaremos em momento oportuno. Por ora, apenas apresentaremos a ideia central deste trabalho: que o romance fornece informações detalhadas sobre a política brasileira do período ao qual se reporta, principalmente aquela percebida no dia a dia do brasileiro médio – por oposição à grande história, mais detalhada e melhor visualizada nos romances anteriores do autor. O romance em questão é uma representação de como a política brasileira praticada nos bastidores políticos da época, penetra diretamente na vida do indivíduo, interferindo ou mesmo determinando sua rotina, desde as ações mais irrelevantes (como escolha do vestuário, alimentação, moradia, comportamento, hábitos, valores, discursos, visão de mundo) às discretas discussões sobre política. Isto está bem claro na discreta rotina do aposentado Aires, cujos sentimentos não devem vir à tona, mas guardados para si, pois o mais importante não é a manifestação exterior, mas sim a discrição para não demover o outro de sua rotina. Velar as emoções, controlar as paixões, metaforizam as relações de uma classe acomodada com sua condição social, cujas atitudes revelam a interiorização de valores e a prática de um contrato social que deve ser preservado a todo custo, diante de ameaças de mudanças que pairam no horizonte.

O mesmo se pode pensar em relação à ausência de um grande debate político em *Memorial de Aires*. No entanto, as conversas amenas preservam uma aparência, pois os gestos, ações e pensamentos descrevem em detalhes as condições de vida do indivíduo brasileiro nos anos finais do século XIX, assim como o discurso de certos personagens está sempre atravessado por um complexo quadro político e cultural, deixando transparecer a política do governo e sua influência na vida do cidadão brasileiro. Nesse sentido, *Memorial de Aires* aponta para um biopoder e uma biopolítica, na medida em que os personagens não só estão submetidos a uma política governamental, que define seus comportamentos, como também seus atos e pensamentos deixam transparecer uma política em nome da vida; é possível ver, assim, uma conexão entre os indivíduos livres

que compõem a sociedade (a pequena comunidade burguesa descrita no romance), mas em descompasso com o conceito de *comunidade*, pois a sociedade escravocrata coaduna-se com a sociedade do cárcere – na qual não se inserem cidadãos livres.

Memorial de Aires, livro autobiográfico, constitui-se em um discurso equalizador de problemas sociais da época por intermédio da representação de uma falsa comunidade que se apresenta como uma contraposição ao conceito de *immunitas* (ESPOSITO, 2009). Trata-se da sedimentação de uma sociedade a partir da imunidade (como negação da própria comunidade). No *Memorial*, percebe-se que o corpo se inclui na comunidade mediante a imunização; metaforicamente, o veneno social distribuído aos indivíduos deve ser ingerido aos poucos para que o corpo adquira imunidade, ou seja, se torne resistente ao intruso recém-chegado, e a todas as consequências que isto traz na composição de um complexo quadro social ora em formação. Imunidade representa, na prática, proteção e segurança diante dos perigos que representa a entrada de novos elementos sociais, proporcionadas pela formação de um contexto político que produz novos arranjos sociais.

Portanto, nosso enfoque valoriza o *paradigma imunitário*, segundo Roberto Esposito, partindo de uma política de conservação da vida para uma política de crescimento, incremento da vida e ajustes – aspectos observados no texto autobiográfico do Conselheiro Aires e acena com uma diferença em relação aos estudos anteriores de *Memorial de Aires*. O caminho escolhido pela fortuna crítica de Machado é unânime em afirmar o valor da história nos romances do autor. Esse quadro é relevante principalmente nos romances que antecedem a última publicação em vida de Machado; sua validade argumentativa é praticamente inquestionável. No entanto, a crítica mantém uma certa reserva quando se trata do *Memorial de Aires*, por considerá-lo muito próximo de uma escrita biográfica e que, talvez por isso mesmo, menos afeito às discussões políticas concernentes ao período da narrativa. Se é verdade que os grandes romances de Machado de Assis estão permeados pela história, qualidade verificada e retomada constantemente pela crítica, não é menos verdade que justamente essa preocupação deixa a desejar quando se trata de *Memorial de Aires*. Neste, a crítica elege outros aspectos como essenciais, e as questões relacionadas à política brasileira são negligenciadas. Por esse motivo, a discussão pelo viés proposto neste artigo revela

traços que estão apenas esboçados ou mal compreendidos na riqueza crítica da obra do escritor fluminense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSIS, Machado de. *Memorial de Aires*. Obra Completa. 8 ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar. v. 1, 1992.
- ASSIS, Machado de. *Machado de Assis*. Obra Completa. 8 ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar. v. 3, 1992.
- BERT, Jean-François. *Pensar com Michel Foucault*. Tradução de: MARCIOLINO, M. São Paulo: Parábola, 2013.
- DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: *Conversações*. Tradução de: PELBART, P. P. Rio de Janeiro: Editora 34, 2013.
- ESPOSITO, Roberto. *Immunitas: protección y negación de la vida*. Traducción de: LÓPEZ, Luciano Padilla. Buenos Aires: Amorrortu. 2009.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. 14. ed. Tradução de: RAMALHETE, R. Petrópolis: Vozes, 2001.
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade*, v. I: A Vontade de Saber. 14. ed. Tradução de: ALBUQUERQUE, M. T. da C.; ALBUQUERQUE, J. A. G. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica*. Tradução de: BRANDÃO, E. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. 2. Ed. Tradução: PRADO, M. E. de A. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- HOBBSBAWN, Eric. *O novo século*. Tradução de: MARCONDES, C. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- NEGRI, A.; HART, M. *Império*. Barcelona: Paidós, 2002.